

Baixos salários dificultam formação da equipe

FÁBIO SANTOS

SÃO PAULO — A equipe que prepara a transição para o Governo Fernando Henrique Cardoso está quebrando a cabeça para encontrar uma forma de contratar com salários competitivos os técnicos com que o presidente eleito quer formar sua linha de frente na administração direta. O problema é que os valores oferecidos pelo serviço público ficam muito abaixo do conseguido por esses técnicos no mercado de trabalho no setor privado. As soluções estudadas até agora não conseguiram unanimidade dentro da equipe.

— Todo início de governo acontece isso. Mas aí o pessoal esbarra nas limitações da Constituição. Não vejo solução definitiva que não passe por uma revisão constitucional — diz a ex-ministra do Trabalho Dorothea Werneck, que participa de estudos sobre reformas administrativas para o Governo Fernando Henrique.

O coordenador da equipe de transição, o economista Paulo

Renato Souza, já tem em mãos uma tabela comparativa dos salários do funcionalismo público e do setor privado. A situação vivida pelo secretário executivo do Ministério da Fazenda, Clóvis Carvalho, é emblemática. Como vice-presidente da Villares, Car-

valho, que está cotado para comprar a equipe de Fernando Henrique, recebia um salário perto de R\$ 10 mil. No ministério, ele sobrevive com pouco mais de R\$ 1.700, correspondente a um DAS 6. Outro que está em dificuldades é o assessor especial do Mi-

A dança dos salários

Ministro de Estado:	3.138,00
Ministro dos Tribunais Superiores:	5.519,00
Deputado federal:	4.088,00
Presidente de empresa privada média (com faturamento em torno de R\$ 100 mil):	14.950,00
DAS-6 (Direção e Assessoramento Superior)	
Secretário-executivo de Ministério:	1.615,00
Judiciário: (Diretor-geral de Tribunal Superior)	3.116,00
Legislativo: (Diretor-Geral da Câmara)	3.670,00
Diretor superintendente de empresa privada:	9.600,00
DAS-5	
Secretário de administração geral de Ministério:	1.467,00
Judiciário: (Assessor de ministro de Tribunal Superior)	2.939,00
Legislativo: (Secretário-geral da Câmara ou diretor administrativo)	3.589,00
Diretor administrativo de empresa privada:	9.050,00

nistério da Fazenda, Edmar Bacha, que tem reclamado com amigos tucanos que sua poupança está no fim.

A longo prazo, a equipe estuda a reestruturação e o redimensionamento dos cargos DAS. São 18.712 cargos que podem ser preenchidos sem concurso por nomeação do presidente ou dos ministros. A solução seria diminuir o número de cargos DAS e buscar igualar os salários com os das funções equivalentes no legislativo, que têm remuneração mais competitiva.

As soluções emergenciais estudadas pela equipe são propostas consideradas polêmicas. Uma das idéias é nomear os técnicos mais importantes para os conselhos administrativos de estatais. Para isso seria necessário voltar a pagar jetons para os membros dos conselhos, prática abolida no Governo Collor.

— Além de ser provisória, essa solução enfrenta resistências por causa do programa de privatizações. Alguns acreditam que isso poderia desvirtuar os conselhos — argumenta um integrante da equipe econômica.